

O REAL DA LÍNGUA NO DISCURSO JORNALÍSTICO: A PRODUÇÃO DA ALTERIDADE NO CONFLITO ISRAELO-PALESTINO

THE REAL OF LANGUAGE IN JOURNALISTIC DISCOURSE: THE PRODUCTION OF ALTERITY IN THE ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT

Melissa Sayuri da Silva Belarmino¹

Universidade Federal do Paraná

Resumo: O artigo analisa o discurso veiculado pela *Folha de S.Paulo* acerca dos ataques de outubro de 2023 no conflito entre Israel e Hamas, tomando a formação discursiva do “jornalismo de referência” como espaço atravessado por formações ideológicas e por memórias que regulam a produção de sentidos. Fundamentado na Análise do Discurso de filiação pecheuxtiana, o estudo examina como as designações atribuídas ao Hamas — particularmente aquelas que o inscrevem nos domínios semânticos do terrorismo e da alteridade hostil — reinscrevem o acontecimento em redes enunciativas estabilizadas no contexto pós-11 de setembro, orientando sua inteligibilidade a partir de uma matriz interpretativa que antecede os fatos narrados. A análise de Sequências Discursivas extraídas do *corpus* permite identificar mecanismos de pré-construído e de polissemia que configuram a assimetria entre as perspectivas israelense e palestina, ao mesmo tempo que fazem emergir pontos de falha nos quais o real da língua tensiona a tentativa de fechamento interpretativo. O estudo conclui que tal funcionamento discursivo contribui para a manutenção de um imaginário que circunscreve a alteridade palestina ao espaço da ameaça, reforçando hierarquias simbólicas no âmbito midiático e participando da delimitação do campo do dizível sobre o conflito.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Real da língua; Jornalismo.

Abstract: The article analyzes the discourse circulated by *Folha de S.Paulo* regarding the October 2023 attacks in the conflict between Israel and Hamas, taking the discursive formation of "reference journalism" as a space traversed by ideological formations and by memories that regulate meaning production. Grounded in Discourse Analysis of Pecheuxian affiliation, the study examines how designations attributed to Hamas — particularly those that inscribe it within the semantic domains of terrorism and hostile alterity — reinscribe the event into enunciative networks stabilized in the post-September 11 context, orienting its intelligibility through an interpretative matrix that precedes the narrated facts. The analysis of Discursive Sequences extracted from the *corpus* allows the identification of pre-constructed and polysemy mechanisms that shape the asymmetry between Israeli and Palestinian perspectives, while simultaneously revealing points of rupture in which the real of language strains attempts at interpretive closure. The study concludes that such discursive functioning contributes to the maintenance of an

¹ Mestranda em Letras - Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Paraná. Email: melissasayuri@ufpr.br.

imaginary that confines Palestinian alterity to the space of threat, reinforcing symbolic hierarchies within the media sphere and participating in the delimitation of the field of the sayable concerning the conflict.

Keywords: Discourse Analysis; Real of language; Journalism.

Résumé: L'article analyse le discours véhiculé par *Folha de S.Paulo* concernant les attaques d'octobre 2023 dans le conflit entre Israël et le Hamas, en prenant la formation discursive du "journalisme de référence" comme un espace traversé par des formations idéologiques et par des mémoires qui régulent la production de sens. Fondé sur l'Analyse du Discours d'affiliation pecheutienne, l'étude examine comment les désignations attribuées au Hamas — particulièrement celles qui l'inscrivent dans les domaines sémantiques du terrorisme et de l'altérité hostile — réinscrivent l'événement dans des réseaux énonciatifs stabilisés dans le contexte post-11 septembre, orientant son intelligibilité à partir d'une matrice interprétative qui précède les faits narrés. L'analyse de Séquences Discursives extraites du *corpus* permet d'identifier des mécanismes de préconstruit et de polysémie qui configurent l'asymétrie entre les perspectives israélienne et palestinienne, tout en faisant émerger des points de rupture où le réel de la langue met en tension la tentative de clôture interprétative. L'étude conclut qu'un tel fonctionnement discursif contribue au maintien d'un imaginaire qui circonscrit l'altérité palestinienne à l'espace de la menace, renforçant des hiérarchies symboliques dans la sphère médiatique et participant à la délimitation du champ du dicible concernant le conflit.

Mots-clés: Analyse du Discours; Journalisme de référence; Réel de la langue; Altérité; Conflit israélo-palestinien.

Submetido em 13 de fevereiro de 2026.

Aprovado em 10 de março de 2026.

Introdução

O conflito israelo-palestino, em sua duração histórica e na espessura de suas inscrições simbólicas, pode ser lido como um dos mais duradouros espaços de disputa discursiva do século XX, projetando-se na contemporaneidade como campo de produção de memória, de identidades e de regimes de legitimidade em antagonismo. Sua constituição histórica vincula-se à dissolução do Império Otomano e à posterior instituição do Mandato Britânico sobre a Palestina (1917–1948), conjuntura na qual o movimento sionista, apoiado em uma racionalidade civilizatória de matriz europeia, passou a sustentar a reorganização territorial da região sob os signos da modernidade e da autodeterminação nacional (VIEIRA; CARDOSO; SCHEFER, 2018). A criação do Estado de Israel, em 1948, e o acontecimento designado, no espaço discursivo árabe, como *Nakba* — a “catástrofe” que nomeia o deslocamento compulsório, a expropriação

territorial e a dispersão de contingentes populacionais palestinos (GOMES, 2001; PAPPÉ, 2006) — instituíram uma clivagem nos discursos concernentes à região. De um lado, articulam-se enunciados relativos à segurança, à soberania e ao retorno de fundamento bíblico; de outro, organizam-se formulações vinculadas à perda, ao exílio, à resistência e à reivindicação de direitos. A partir desse marco, o Oriente Médio constitui-se como espaço de enunciação atravessado por formações discursivas de filiação colonial, teológica, diplomática e midiática, cujas tensões estruturam redes de sentido em permanente disputa.

No contexto em que estas formulações se inscrevem, os acontecimentos de outubro de 2023 reintroduzem o conflito na cena contemporânea, produzindo rearranjos discursivos que mobilizam memórias e processos de silenciamento. As ações conduzidas pelo grupo Hamas — acrônimo em árabe para *Harakat al-Muqawama al-Islamiya*, ou Movimento de Resistência Islâmica — emergem no cenário político palestino em dezembro de 1987, no contexto da Primeira Intifada, como uma dissidência da Irmandade Muçulmana egípcia, à qual permanece vinculado ideologicamente (MISHAL; SELA, 2006) realizando ataques contra alvos civis e militares em território israelense, seguidas pela resposta militar israelense de larga escala na Faixa de Gaza, reinscrevem, no espaço público internacional, um conjunto de enunciados que retomam e reorganizam os termos históricos da controvérsia. Nesse cenário, a cobertura midiática opera como instância de produção e circulação de sentidos, integrando os acontecimentos a tramas narrativas que ora reiteram, ora deslocam memórias discursivas sedimentadas acerca da região. No Brasil, a *Folha de S.Paulo*, periódico de ampla circulação e historicamente situado como veículo “de referência” no campo jornalístico nacional, configura-se como espaço para a análise dos modos de constituição do discurso sobre o conflito, consideradas suas continuidades e inflexões.

A leitura desse processo discursivo encontra na obra de Edward Said um instrumental teórico substantivo. Said (2008) demonstra que o Oriente não constitui um dado empírico imediato, mas um construto discursivo produzido no interior de relações historicamente situadas de poder. O autor define o orientalismo como uma “instituição autorizada a lidar com o Oriente”, um “estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 2008, p. 25), enfatizando seu funcionamento como sistema de saber que produz e regula representações. Mobilizando categorias foucaultianas — sobretudo discurso e poder-saber —, Said (2008) sustenta que apenas a

análise do orientalismo como discurso permite compreender a disciplina sistemática pela qual a cultura europeia “foi capaz de manejar — e até produzir — o Oriente” (SAID, 2008, p. 25). Trata-se, assim, de um regime de inteligibilidade que estabelece uma distinção geopolítica fundamental entre Oriente e Ocidente, operando por meio de uma “distribuição de consciência geopolítica” em diversos campos do saber (SAID, 2008, p. 35) e produzindo simultaneamente um Oriente associado à irracionalidade e ao despotismo e um Ocidente que se constitui como espaço da razão, da ordem e da civilização. Esse sistema produz seu objeto, configurando uma rede institucional que filtra e organiza o que pode ser dito sobre o Oriente, ao mesmo tempo que consolida a identidade europeia por contraste.

Em estudo posterior, Said (1979) desloca essa problemática para o contexto do colonialismo de assentamento e analisa como o sionismo se inscreve nessa mesma estrutura discursiva de produção da alteridade. O autor argumenta que o projeto sionista apoiou-se na construção da Palestina como espaço disponível, sustentando-se na produção discursiva da ausência do povo nativo e na consequente legitimação de práticas institucionais organizadas pela exclusão da população árabe (SAID, 1979, p. 106). Nesse processo, a presença histórica palestina é reconfigurada por uma operação epistemológica que a converte “de uma realidade para uma não realidade, de uma presença para uma ausência” (SAID, 1979, p. 49), configurando a questão palestina como disputa entre presença material e regimes de interpretação que a negam (Said, 1979, p. 48). A análise saidiana aponta, desse modo, o funcionamento de um dispositivo discursivo que articula produção de saber, legitimação política e hierarquização simbólica, regulando as condições de enunciação e autorizando a constituição de determinados sujeitos nacionais ao mesmo tempo que desautoriza outros, mediante uma discursividade que define o campo do dizível, do visível e do politicamente legítimo.

Nessa mesma direção, as reflexões de Asad (2003) acerca do lugar do sofrimento e da violência na construção de sujeitos políticos oferecem um contraponto necessário às abordagens que naturalizam a vitimização ou a agressividade como atributos identitários. O autor interroga os modos pelos quais as narrativas ocidentais sobre o mundo islâmico produzem figuras do “outro” que, ao mesmo tempo que são objeto de compaixão, são também alvo de intervenção e de controle. Essa ambiguidade encontra paralelo nas análises de Khalidi (2020) sobre a construção da identidade nacional palestina e sobre os modos como o discurso sionista e, posteriormente, israelense, operou para deslegitimar a

existência de um sujeito político palestino autônomo. A noção de colonialismo de assentamento, tal como discutida por Wolfe (2006) e Veracini (2010), oferece ainda um quadro conceitual para compreender as especificidades do projeto sionista na Palestina: diferentemente de outras formas de colonialismo, o colonialismo de assentamento não visa à exploração da mão de obra nativa, mas à sua eliminação, física ou simbólica, e à substituição da população autóctone por uma sociedade de colonos. Essa lógica de substituição e de apagamento encontra, no discurso, sua contrapartida simbólica: a produção do nativo como não existente, como obstáculo a ser removido ou como mera contingência demográfica.

No âmbito do discurso jornalístico, tal dispositivo encontra condições específicas de funcionamento. O jornalismo dito “de referência” constitui-se historicamente como instância de produção de discursos que aspiram à objetividade, à neutralidade e à transparência, inscrevendo-se em uma formação ideológica que naturaliza os sentidos que produz. Entretanto, a materialidade linguística dos textos jornalísticos é atravessada por falhas, por deslizos, por contradições que, ao emergirem na superfície do dizível, indicam os limites do que pode ser significado e a memória discursiva que ali se reinscreve. A noção de real da língua, tal como pensada por Michel Pêcheux no quadro teórico da Análise do Discurso de filiação francesa, designa precisamente esse ponto de resistência, esse irromper do equívoco e da ambiguidade que desestabiliza a pretensa univocidade do sentido e faz aparecer, nas fraturas do texto, o trabalho da história e da ideologia (PÊCHEUX, [1975] 2014; [1983] 1999). É nessa perspectiva que se pode compreender o discurso jornalístico como espaço no qual o real da língua irrompe, produzindo efeitos de deslocamento que tornam visíveis as fronteiras entre o dizível e o interdito.

A partir dessas considerações iniciais, a questão que orienta este percurso analítico pode ser assim formulada: de que modo o discurso do jornalismo de referência, ao narrar os ataques de outubro de 2023, faz operar o real da língua na produção de sentidos sobre o conflito entre Israel e Hamas? O objetivo geral deste estudo consiste em analisar o funcionamento do real da língua no discurso jornalístico da *Folha de S.Paulo*, tomada como veículo de observação em razão de sua posição histórica no campo jornalístico brasileiro. Propõe-se investigar, a partir de um *corpus* constituído por uma notícia publicada sobre o primeiro movimento de retaliação do governo israelense após o ataque do Hamas, ocorrido em outubro de 2023, os modos pelos quais a materialidade linguística

opera na produção de efeitos de evidência e de ruptura, indicando as fissuras do dizer e os limites de significação que atravessam a construção discursiva do conflito.

Como objetivos específicos, pretende-se: a) identificar, nas Sequências Discursivas selecionadas, os deslocamentos, as contradições e os pontos de deriva que indicam o irromper do real da língua na superfície textual; b) compreender como esses efeitos de falha e de equívoco se articulam a memórias discursivas de caráter colonial e orientalista que sustentam o imaginário ocidental sobre o Oriente Médio e sobre os sujeitos que o habitam; c) analisar os mecanismos de interdiscurso e os limites do dizível que emergem no discurso jornalístico, apontando para as fronteiras entre o dito, o silenciado e o impossível de dizer. Para tanto, a fundamentação teórico-metodológica deste estudo inscreve-se nos pressupostos da Análise do Discurso de filiação francesa, particularmente nas formulações de Pêcheux ([1975] 2014; [1983] 2008), Orlandi (1999), Gadet e Pêcheux ([1981] 2004) e no diálogo crítico estabelecido com a obra de Foucault (1969).

A organização do artigo estrutura-se em torno de um percurso que articula, de modo contínuo, a reflexão teórica e a análise do *corpus*, sem que tais dimensões se apresentem como momentos estanques ou sucessivos. A primeira seção estabelece o referencial teórico que sustenta o estudo, situando o diálogo entre as noções da Análise do Discurso de filiação pecheuxtiana — formação discursiva, formação ideológica, memória discursiva, acontecimento discursivo, pré-construído e real da língua — como eixo a partir do qual se observam os modos pelos quais o jornalismo, enquanto prática discursiva institucionalizada e historicamente situada, opera na constituição de formas de significação e na delimitação de posições de sujeito. A essa elaboração conceitual segue-se a apresentação dos procedimentos metodológicos que orientam a constituição do *corpus*, explicitando os critérios de seleção e recorte das Sequências Discursivas (SDs) submetidas à análise. Na sequência, a terceira seção mobiliza tais sequências em um gesto analítico que perscruta, na materialidade linguística dos enunciados, os mecanismos de designação, as relações parafrásticas e polissêmicas, bem como os pontos de deriva em que o real da língua irrompe, produzindo deslocamentos nos sentidos hegemônicos que organizam o imaginário ocidental sobre o conflito e sobre a alteridade palestina. As considerações finais retomam o percurso desenvolvido, discutindo as implicações discursivas observadas e os limites da análise, bem como apontando de que maneira o enunciado jornalístico, ao reinscrever memórias coloniais e orientalistas, participa da

manutenção de um dispositivo simbólico que circunscreve o campo do dizível acerca da Palestina, tornando discerníveis as tensões entre o que se enuncia, o que se silencia e o que permanece interditado no espaço do discurso.

1. Discurso, orientalismo e produção de sentidos

O presente estudo fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, conforme sustentada nos trabalhos de Michel Pêcheux e seus desdobramentos no Brasil. Esta perspectiva se organiza como uma teoria materialista do discurso, cuja condição de possibilidade reside no diálogo constitutivo entre o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise lacaniana. Essa articulação instaura uma ruptura com as concepções estruturalistas da linguagem, passando a concebê-la como lugar de constituição dos sujeitos e dos sentidos, atravessado pela história e pela ideologia, em vez de um meio transparente de comunicação ou de expressão de ideias prévias (ORLANDI, 1999). A opção por esta abordagem justifica-se por sua capacidade de conceber o discurso enquanto processo sócio-histórico de produção de sentidos, onde o linguístico, o histórico e o político se imbricam de maneira indissociável.

É a partir dessa concepção de discurso que se torna pertinente a análise do jornalismo enquanto prática discursiva situada. Parte-se da noção de jornalismo “de referência” conforme proposta por Zamin (2014), entendida como categoria que excede parâmetros de circulação e se define por um modo de funcionamento orientado a um público delimitado, ao qual se atribuem funções determinadas no espaço público. Esse segmento do jornalismo pressupõe, segundo Emediato (1996, p. 206), a constituição de um leitor dotado de competência enciclopédica, demandando deste um “complexo processo inferencial”. Consoante o autor, o interlocutor é construído como um destinatário competente, possuidor de saberes que permitem a decodificação de um enunciado que trabalha sobre seu environment cognitivo.

Nesse processo, o jornal se institui como “guardião e porta-voz da democracia”, encarregado de revelar “tudo o que é pressuposto ser de interesse público” (EMEDIATO, 1996, p. 210). Elementos como tradição, prestígio, centralidade temática em política, economia e relações internacionais, bem como um público constituído pelas elites econômicas, inscrevem esse jornalismo em uma discursividade atravessada por relações de poder. Zamin (2014) observa que a condição de referência se articula à capacidade de

influenciar processos de formação da opinião pública e de funcionar como parâmetro para outros veículos, em âmbito nacional e internacional. Nesse sentido, o jornalismo de referência se configura como ponto de articulação na produção e na circulação de dizeres socialmente legitimados, participando da constituição de formações discursivas em posição de hegemonia.

A compreensão desse funcionamento discursivo exige o deslocamento do olhar para as condições ideológicas que regulam a produção e a circulação dos dizeres. Para tanto, torna-se necessário recorrer aos conceitos pêcheuxianos de formação discursiva e formação ideológica. A noção de formação discursiva, derivada do conceito foucaultiano (FOUCAULT, 1969), é reformulada por Pêcheux ([1975] 2014) ao articulá-la à teoria das ideologias. Uma formação discursiva constitui a matriz de sentidos que regula, em uma dada conjuntura sócio-histórica, o que pode e deve ser dito – e, igualmente, o que não pode e não deve ser dito (COURTINE, 1994) – por sujeitos ocupando determinadas posições. Ela funciona como o lugar de articulação entre a língua, enquanto sistema de possibilidades, e o discurso, enquanto acontecimento historicamente situado. A formação discursiva não é um conjunto de opiniões, tampouco um gênero textual, mas a condição mesma de produção de sentidos para os sujeitos que nela se inscrevem (LEANDRO-FERREIRA, 2020). Ela se define a partir de seu interdiscurso, ou seja, a partir das relações (de aliança, de conflito, de paráfrase) que mantém com outras formações discursivas.

Por sua vez, a formação ideológica designa um conjunto de atitudes e representações, vinculadas a posições de classe em conflito dentro de uma formação social (LEANDRO-FERREIRA, 2020). Pêcheux ([1975] 2014) postula que as palavras, expressões e proposições mudam de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as empregam, sendo estes sentidos determinados em referência às formações ideológicas que sustentam tais posições. A ideologia atua, assim, como força que incide sobre a conjuntura, inscrevendo-se materialmente no discurso por meio de regularidades que organizam o dizer. Essas regularidades constituem o espaço de produção dos sentidos, no qual os sujeitos, a partir de processos de identificação, assumem posições discursivas determinadas (LEANDRO-FERREIRA, 2020). Esse espaço se organiza a partir de fragmentos do interdiscurso, configurando matrizes de sentido atravessadas pela contradição e pela heterogeneidade. Nessa perspectiva, o jornalismo de referência pode ser analisado como uma prática que se sustenta em e contribui para a reprodução de

determinadas formações discursivas, as quais estão ancoradas em formações ideológicas específicas, associadas aos setores que compõem seu público e sua esfera de influência.

O discurso não emerge, contudo, do vazio. Ele se inscreve em uma historicidade que lhe é constitutiva, a qual a AD conceitua como memória discursiva. Na relação com o discurso, a memória é tratada como interdiscurso, isto é, “aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 1999, p. 31). Trata-se, segundo Orlandi (1999, p. 31), do saber discursivo que torna possível todo enunciado, retornando sob a forma do pré-construído, do já-dito que sustenta o dizível. Esse espaço sócio-histórico-cultural fundamenta o funcionamento discursivo e organiza as condições de circulação dos sentidos (FERNANDES, 2021). Nesse sentido, o discurso jornalístico participa da constituição da memória discursiva ao reiterar e deslocar dizeres ao longo do tempo. Conforme Coracini (2007), a repetição e a sedimentação de narrativas contribuem para a elaboração de memórias coletivas e para a construção imaginária da nação, atuando na manutenção de certas discursividades em circulação e na estabilização de relações sociais e jurídico-políticas.

A memória discursiva configura-se, assim, como um espaço atravessado por disputas de significação, no qual os sentidos são atualizados, reconfigurados ou silenciados. As práticas do jornalismo de referência, ao selecionar acontecimentos, mobilizar personagens históricos ou estabelecer enquadramentos específicos, participam desse trabalho contínuo de atualização da memória, reforçando determinadas filiações identitárias e deslocando outras. Essa compreensão se articula à perspectiva da Análise de Discurso segundo a qual o objeto de estudo incide sobre o discurso enquanto prática de linguagem, isto é, a palavra em movimento, atravessada por formações ideológicas e determinada por condições históricas de produção (ORLANDI, 1999). O sujeito que fala é tomado como efeito de uma rede de determinações que o antecede e o excede, observando-se, na análise, “o homem falando” em sua relação com a linguagem (ORLANDI, 1999, p. 15). Nessa direção, o discurso jornalístico se apresenta como materialidade simbólica na qual se articulam sujeitos, memórias e ideologias, deslocando a análise do plano da veracidade factual para o exame dos efeitos de verdade e das condições de legitimação do dizer informativo.

Nessa perspectiva, a memória discursiva (ORLANDI, 1999; FERNANDES, 2021) deixa de ser um mero repositório histórico para se constituir como um campo de forças ativo e seletivo que determina o dizível sobre o acontecimento. Lopes e Fabrício

(2005) indicam que determinados enunciados mobilizam um interdiscurso específico, repetindo uma discursividade consolidada no pós-11 de setembro de 2001. Esse interdiscurso, que associa islamismo, terrorismo e pré-modernidade, funciona como uma grade de leitura antecipadora (PÊCHEUX, [1983] 2008), absorvendo o acontecimento singular (a guerra do Iraque) em uma série discursiva preexistente. A memória que ali se atualiza é uma memória colonial (SAID, 2008), que retorna sob a forma do pré-construído, isto é, como um enunciado simples proveniente de discursos outros, anteriores, “como se esse elemento já se encontrasse sempre-aí por efeito da interpelação ideológica” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 99). Trata-se, assim, de um já-dito assertado em outro lugar, cuja incorporação à formação discursiva, concebida como um domínio de saber aparentemente fechado, ainda que poroso, permite sua relação com o exterior e estabelece um saber naturalizado sobre a inferioridade e a necessidade de tutela do Outro.

A articulação entre memória e produção de sentidos implica diretamente a constituição discursiva da alteridade. Lopes e Fabrício (2005) demonstram como o discurso ocidentalista constrói a alteridade muçulmana através de um processo de polarização e homogeneização. O Outro, segundo Lopes e Fabrício (2005), é fabricado como um bloco monolítico (“o mundo islâmico”), caracterizado por atributos negativos absolutos (“pré-moderno”, “religiosamente enraizado”, “fanático”), em oposição a um Nós igualmente homogeneizado (“pós-iluminista”, “pós-religioso”, “racional”). Esse funcionamento, como apontam os autores ao discutirem Said (2008), é constitutivo do projeto ocidentalista: a definição de si passa pela invenção de um Outro inferior e ameaçador, cuja diferença é convertida em déficit e justificativa para intervenção. A alteridade hostil não emerge, portanto, do evento em si, mas é projetada sobre ele a partir de uma formação discursiva que já o antecipa como tal. Lopes e Fabrício (2005) salientam, ainda, o caráter performático dessa construção: ao nomear o Outro através de uma “retórica bélica” e de estereótipos, o discurso midiático participa da produção material da realidade conflituosa, legitimando ações bélicas como respostas “naturais” e “defensivas”.

É nesse ponto que se torna necessário recorrer à noção de acontecimento discursivo, a partir das formulações de Pêcheux ([1983] 2008). O 11 de setembro de 2001 constitui um exemplo paradigmático de acontecimento discursivo, na medida em que sua irrupção produziu deslocamentos intensos no espaço do dizível, ao mesmo tempo em que foi rapidamente reinscrito em discursividades pré-existentes. Pêcheux ([1983] 2008)

adverte que todo enunciado está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua, sendo suscetível de tornar-se outro, de deslocar-se discursivamente de seu sentido. Nenhuma descrição ou incorporação de um discurso a um *corpus* está imune ao risco de absorver o acontecimento desse discurso em uma “estrutura da série”, funcionando como um “transcendental histórico” que antecipa e fixa os sentidos, apagando sua natureza de evento (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 56). O discurso é, simultaneamente, um efeito das filiações sócio-históricas de identificação e um trabalho de deslocamento no espaço dessas filiações. Não há identificação plenamente bem-sucedida, uma vez que toda ligação sócio-histórica é afetada por uma “infelicidade” performativa, por um “erro de pessoa” (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 57). O acontecimento discursivo é, portanto, esse ponto de irrupção do novo, do desvio, do não-identificado, que perturba as regularidades e abre possibilidades de ressignificação. Analisar o discurso, nesta chave, é perscrutar justamente essas tensões entre a regularidade das formações e a singularidade do acontecimento, entre a memória que determina e o equívoco que desvia.

Essa tensão entre regularização e deslocamento encontra ressonância na reflexão de Bhabha (1998) acerca da dimensão política da produção de sentidos. Segundo o autor, compreende-se que esses saberes só adquirem caráter político mediante um processo agonístico, no qual o dissenso, a alteridade e a outridade são condições discursivas para a circulação e o reconhecimento de um sujeito politizado e de uma “verdade” pública. A hegemonia, para ser efetiva, requer tanto a iteração (a repetição de gestos, ritos, fórmulas) quanto o confronto com a alteridade, que a desafia e a redefine. No entanto, Bhabha adverte para o risco de a diferença cultural ser domesticada, tornando-se “mero fantasma de uma terrível batalha disciplinar”, onde o Outro é citado, mencionado, emoldurado, mas nunca admitido como “agente ativo da articulação” (BHABHA, 1998, p. 59). O Outro perde, nesse processo, seu poder de significar, de negar, de instituir seu próprio discurso, sendo convertido, segundo Bhabha (1998, p. 59) no “bom objeto de conhecimento, o dócil corpo da diferença” que reproduz uma relação de dominação.

A impossibilidade de fechamento pleno desses processos discursivos remete ao caráter não transparente e não dominável da linguagem, cuja formulação radical se encontra na noção de real da língua. Em contraposição a visões instrumentais ou lógicas, Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 52), retomando formulações de Lacan via Milner, postulam que o “real da língua é o impossível que lhe é próprio”. Esse real, conforme os autores, não se confunde com a língua como sistema nem com a fala como realização,

mas designa aquilo que, na língua, escapa à simbolização completa, resiste ao sentido unívoco e se manifesta nos equívocos, nos lapsos, nos trocadilhos, na homofonia. É o ponto de impossível onde a existência da língua toca a do inconsciente. A tese de Milner, citada pelos autores, relaciona a possibilidade da linguística justamente com aquilo que a língua contém de impossível, “impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 52). O real da língua é, portanto, o que corta e fura a ilusão de uma comunicação plena e de um sentido controlável (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004). O sentido nunca é, assim, estável ou garantido; ele é sempre efeito de um trabalho de fixação provisória sobre um fundo de deslizamento e abertura constitutivos.

2. Constituição do *corpus* e critérios de seleção

A seleção da *Folha de S.Paulo* como ponto de partida para a observação se justifica pela posição que o próprio veículo ocupa e reivindica no campo jornalístico brasileiro, posição sustentada por uma memória institucional construída desde sua fundação, em 1921. Essa memória se organiza a partir de valores enunciados pelo periódico como princípios orientadores de sua prática, entre os quais figuram o compromisso com o leitor, a diversidade, a excelência, a independência econômica e editorial, a integridade e a liberdade de expressão. Esses valores funcionam como dispositivos discursivos de legitimação, ancorando a circulação do jornal como instância autorizada de produção de sentidos e contribuindo para sua inscrição recorrente na categoria de jornalismo de referência (ZAMIN, 2014). Tal autodefinição participa da constituição de um funcionamento enunciativo que organiza a relação entre o dizer jornalístico e seus modos de reconhecimento social.

Sob a perspectiva da Análise de Discurso de filiação materialista, essa posição institucional integra um processo de produção de efeitos de sentido que se articula à historicidade das formações discursivas em jogo. A reivindicação de independência e compromisso com o leitor sustenta um funcionamento discursivo que tende a produzir um efeito de apagamento das condições históricas e ideológicas da enunciação, produzindo o que Pêcheux (1969) formula como efeito de transparência da linguagem. Nesse sentido, o discurso jornalístico funciona como prática simbólica inserida em relações de poder que atravessam o espaço social, incidindo sobre a organização do dizível e sobre a delimitação de interpretações possíveis (SCHWAAB, 2007). Em

situações de conflito armado, como a que envolve Israel e Palestina, essa dinâmica assume centralidade, uma vez que os modos de dizer veiculados pelo jornal participam da constituição de sentidos socialmente compartilhados, vinculando-se a processos de legitimação discursiva que incidem sobre a produção do real no interior das formações ideológicas dominantes.

A partir dessa escolha, o *corpus* do presente estudo é constituído por duas notícias publicadas pela *Folha de S.Paulo*, das quais primeira foi veiculada em 7 de outubro de 2023, intitulada “*Hamas diz que bombardeios de Israel mataram 4 reféns*”², enquanto a segunda foi publicada em 9 de outubro do mesmo ano, com o título “*Netanyahu diz que guerra contra Hamas não terá fim até que ‘inimigo seja eliminado’*”³. A delimitação do *corpus* obedece a critérios de autoria e de regularidades discursivas. O texto foi produzido por jornalistas integrantes da redação do próprio veículo, sem mediação de agências internacionais, o que pode permitir explorar as regularidades e as posições-sujeito que caracterizam a produção jornalística nacional perante um acontecimento de alcance global.

As datas de publicação, 7 e 9 de outubro, coincidem, respectivamente, com o primeiro grande ataque do Hamas a Israel e com o início da retaliação militar israelense em resposta ao ataque, configurando um momento singular na discursividade sobre o conflito. Do texto integral foram recortadas cinco Sequências Discursivas (SDs), unidades de análise selecionadas a partir da observação de regularidades na construção de uma alteridade hostil. Este eixo temático mostra-se estruturante na discursividade em questão, organizando fronteiras simbólicas entre segurança, ameaça e responsabilidade.

Adotamos o conceito de Sequência Discursiva (SD) enquanto segmento textual em que se articula um trajeto temático, conferindo coerência à análise discursiva. Conforme Zoppi-Fontana (2003, p. 249), esse trajeto permite pôr em “estado de dispersão” enunciados originados em diferentes condições de produção — distintos tempos, lugares, gêneros e locutores. A noção de tema, por sua vez, implica a distinção entre um horizonte de expectativa, constituído historicamente, e o acontecimento

² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/hamas-diz-que-bombardeios-de-israel-mataram-4-refens.shtml>.

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/10/netanyahu-diz-que-guerra-contrahamas-nao-tera-fim-ate-inimigo-seja-eliminado.shtml>.

discursivo que atualiza, no presente da enunciação, uma das possibilidades inscritas nesse horizonte (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, 1994).

O recorte analítico focaliza as designações e qualificações atribuídas ao grupo Hamas, com ênfase particular na formulação “inimigo”, por constituir um ponto nodal em que se cristalizam e se condensam relações de poder discursivas necessárias para a inteligibilidade do conflito na enunciação jornalística. A designação “inimigo” é concebida, aqui, como um dispositivo de interpelação que, no interior de uma formação discursiva específica, produz uma posição-sujeito homogeneizada e radicalmente exterior. O procedimento de recorte, necessário face à extensão do material empírico, consiste na seleção de unidades discursivas entendidas como fragmentos de linguagem correlacionados, inscritos em uma situação discursiva mais ampla (FERNANDES, 2021). Este procedimento é orientado por relações semânticas e pelos objetivos do estudo, preservando a articulação entre os fragmentos selecionados e o conjunto discursivo que lhes serve de base (FERNANDES, 2021).

A análise se sustenta, finalmente, na consideração da materialidade linguística enquanto suporte indispensável do processo discursivo. As escolhas lexicais não são interpretadas como gestos individuais de seleção vocabular tampouco como efeitos de intencionalidade, mas como pontos de inscrição de formações discursivas específicas. Nestas formações articulam-se determinações históricas, sociais e ideológicas que delimitam, para um dado contexto, o campo do dizível (ORLANDI, 1999). O léxico constitui, assim, uma materialidade atravessada por regularidades e restrições que organizam a circulação dos sentidos no espaço social. Segundo Orlandi (1999), a materialidade linguística conecta os eventos discursivos ao contexto histórico, permitindo que a linguagem atue como meio de retomada, no presente, de sentidos produzidos no passado. Nesta perspectiva teórica, a ideologia não se manifesta de forma direta, mas se materializa no discurso, o qual encontra na língua o seu meio concreto de realização. A relação dialética entre língua, discurso e ideologia é basilar para compreender o funcionamento dos sentidos, que, na materialidade do texto, são naturalizados e reinscritos no tecido social. Como sublinha Orlandi (1999, p. 17), parafraseando Pêcheux, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e é assim que a língua faz sentido”. É nessa tessitura que se situam as Sequências Discursivas delimitadas para análise, as quais serão mobilizadas na seção subsequente.

3. Sobre a designação e a produção da alteridade

Nesta seção, procede-se à análise das cinco Sequências Discursivas que integram o *corpus*, com o objetivo de compreender os modos de funcionamento linguístico e ideológico que sustentam a produção de sentidos em torno do conflito entre Israel e Hamas no discurso jornalístico. Parte-se do pressuposto, próprio à Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana, de que o enunciado se constitui na articulação entre língua, história e ideologia, sendo atravessado por uma memória discursiva que o antecede e o excede. Mobilizam-se, nesse percurso, as noções de memória discursiva, acontecimento discursivo, formação discursiva, formação ideológica, pré-construído e real da língua, compreendendo-as como categorias que permitem apreender as condições de possibilidade do dizer e os limites de sua significação.

É nesse entrecruzamento que se configuram as fronteiras simbólicas que organizam as posições de identificação e de exclusão, estruturando a oposição entre “nós” e “eles” e sustentando a construção discursiva da alteridade inimiga. Esse funcionamento, considerado como um esforço de construir uma alteridade inimiga, pode ser observado nas SDs 1 e 2.

SD1: Israel já havia dito que agiria para libertar os *reféns*, o que tem o potencial de limitar as opções do primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu — os planos de incursão a territórios palestinos poderiam ser refreados pela preocupação com os *capturados*. (grifo nosso)

SD2: No fim de semana, o Jihad Islâmico afirmou que mantém em cativeiro mais de 30 israelenses. O chefe do grupo, Ziad al-Nakhala, disse que não repatriaria os *reféns* até que todos os *prisioneiros palestinos* fossem libertados. (FSP, 07 de outubro de 2023, grifos nossos)

Os enunciados em questão integram um conjunto de formulações no qual a produção do antagonismo se organiza por meio de operações de designação que distribuem de maneira diferenciada as posições dos sujeitos implicados no conflito. Nesse plano de funcionamento discursivo, a delimitação das posições em confronto se inscreve na materialidade lexical, especialmente em termos como “*reféns*”, “*prisioneiros palestinos*” e “*capturados*”. Essas formas de nomeação participam da constituição de um espaço de significação no qual os sujeitos são posicionados segundo regimes distintos de inteligibilidade, atravessados por memórias discursivas sedimentadas no campo político-midiático internacional.

Os termos “reféns” e “capturados”, na SD1, mobilizados para designar os israelenses detidos pelo Hamas, participam de um funcionamento discursivo que posiciona esses sujeitos no interior de uma discursividade associada à figura da vítima no cenário do conflito. O significante “reféns”, em particular, sugere um campo semântico no qual a privação de liberdade aparece vinculada a uma situação de vulnerabilidade e a uma condição de passividade diante da violência exercida por um outro coletivo. A designação “capturados”, ainda que menos marcada do ponto de vista jurídico, mantém a inscrição desses sujeitos em um campo de significação no qual a retenção é interpretada como resultado de uma ação unilateral de força. A nomeação, desse modo, estabelece uma posição discursiva potencialmente ocupável por coletivos diversos, de modo que a indicação do antagonismo se estrutura a partir de um princípio classificatório que antecede a determinação concreta do referente (BHABHA, 1998).

Na SD2, a organização do enunciado se estrutura a partir de uma assimetria lexical semelhante, incidindo novamente sobre a designação dos sujeitos detidos no contexto do conflito: os israelenses capturados pelo Hamas ainda são nomeados como “reféns”, enquanto os palestinos detidos por Israel aparecem sob a designação de “prisioneiros palestinos”. O significante “reféns” mobiliza, aqui, uma memória discursiva associada a práticas de sequestro e a formas de violência política situadas fora dos enquadramentos jurídico-estatais reconhecidos no sistema internacional, produzindo a inscrição do sujeito capturado na posição de vítima submetida a uma retenção interpretada segundo a ordem da ilegalidade. A designação “prisioneiros palestinos”, por sua vez, sugere um campo semântico vinculado à captura em contextos de guerra ou à aplicação de medidas de custódia por instâncias estatais, deslocando o sentido da detenção para o domínio de práticas administradas por dispositivos jurídicos ou militares.

Nesse plano de funcionamento, a figura do inimigo se constitui inicialmente como posição discursiva definida pela hostilidade, cuja materialização empírica pode variar conforme as condições históricas de circulação dos enunciados (Orlandi, 1999). A construção dessa alteridade hostil pode ser observada também nas SDs 3, 4 e 5.

SD3: “O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, afirmou em pronunciamento nesta segunda (9) que ‘a batalha vai levar tempo’ e prometeu que ela só terminará com a *eliminação do inimigo*, embora não tenha mencionado uma possível invasão da Faixa de Gaza.” (FSP, 09 de outubro de 2023, grifo nosso)

SD4: “‘Sempre soubemos quem é o Hamas, agora o mundo inteiro sabe. *O Hamas é o Estado Islâmico*. E vamos derrotá-lo assim como o mundo esclarecido derrotou o Estado Islâmico. Esse *inimigo vil* queria guerra e terá guerra’, afirmou.” (FSP, 09 de outubro de 2023, grifos nossos)

SD5: “‘Há muita difamação e desinformação sobre a operação e a situação em Israel. Não podemos cair nessas mentiras e propagandas, e temos que ficar ao lado das autoridades. Eu sei que vai tomar tempo, mas prometo que essa batalha não terminará até que *eliminemos nosso inimigo*’, afirmou Netanyahu, que informou no pronunciamento ainda haver *militantes palestinos* armados no território israelense.” (FSP, 09 de outubro de 2023, grifos nossos)

Os enunciados mobilizam a inscrição do Hamas em uma discursividade cuja historicidade se ancora no rearranjo geopolítico produzido a partir do acontecimento de 11 de setembro de 2001. Esse acontecimento incide sobre as condições de produção dos discursos sobre terrorismo, instaurando uma forma de nomeação que reorganiza a circulação dos sentidos no espaço político-midiático internacional. Nesse funcionamento, o terrorismo passa a atuar como dispositivo discursivo transversal, capaz de ordenar a leitura de sujeitos e coletivos a partir de uma matriz semântica já constituída. Conforme formula Pêcheux, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 53), o que implica reconhecer que a nomeação do Hamas se produz em um espaço de deriva, atravessado por uma memória discursiva que antecede e condiciona a interpretação. A inscrição nessa memória produz efeitos de inteligibilidade imediata, ancorados em relações de equivalência historicamente estabilizadas, nas quais a singularidade do objeto discursivo se articula a formas já disponíveis de significação.

À luz da noção de acontecimento discursivo, esse funcionamento pode ser compreendido a partir da tensão entre desestruturação e reestruturação das redes de memória. Pêcheux observa que “o gesto que consiste em inscrever tal discurso dado em tal série [...] corre sempre o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série” (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 56), na medida em que a série tende a funcionar como grade de leitura antecipadora. Esse processo não implica a inexistência do acontecimento, uma vez que todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos (PÊCHEUX, [1983] 2008), produzindo deslocamentos nas filiações sócio-históricas de identificação. Conforme formula LEANDRO-FERREIRA (2001), a nova discursividade se sobrepõe à anterior, instaurando deslocamentos que incidem sobre os modos de dizer, ao mesmo tempo em que reinstalam efeitos de fechamento. No caso em análise, a incorporação do Hamas aos

dizeres estabilizados do terrorismo global atua como mecanismo discursivo que reinscreve o acontecimento em uma memória organizada, limitando a deriva interpretativa e assegurando a manutenção de formas dominantes de inteligibilidade no campo político-midiático.

Nesse sentido, a equivalência entre Hamas e Estado Islâmico se inscreve como retomada de uma paráfrase estabilizada no interdiscurso jornalístico ocidental, sustentada por uma memória discursiva constituída a partir do marco histórico-político pós-2001. Tal memória, compreendida nos termos de Orlandi (1999) como o conjunto do já-dito que antecede e condiciona todo dizer, institui uma associação recorrente entre o islâmico, a ameaça e a violência política, independentemente das determinações históricas específicas de cada formação social ou organização envolvida. O enunciado “O Hamas é o Estado Islâmico”, mobilizada na SD4, atualiza esse pré-construído ao reinscrevê-lo em uma materialidade que retoma saberes já circulantes e socialmente partilhados. Nesse sentido, a designação “inimigo” não se ancora em descrições empíricas ou em critérios analíticos próprios do campo das relações internacionais, mas se organiza como efeito de sentido produzido pela memória discursiva que sustenta a inteligibilidade do acontecimento. Conforme Coracini (2007), o discurso jornalístico participa da constituição de identidades sociais ao reiterar narrativas que, ao longo do tempo, passam a integrar a memória discursiva de uma coletividade, funcionando na manutenção de determinados quadros de interpretação político-jurídicos.

Esse funcionamento corresponde ao que Fernandes (2021) descreve como articulação da memória coletiva nos discursos, uma vez que o texto jornalístico convoca acontecimentos anteriores ao dizer e se constitui em relação de oposição a outros dizeres possíveis, mantidos à margem da circulação. A memória discursiva, concebida como espaço sócio-histórico-cultural que sustenta o dizível, assegura a recorrência dessas equivalências e orienta a produção de sentidos no interior de uma formação ideológica específica, com implicações diretas na reprodução de relações de poder no cenário geopolítico contemporâneo.

Partindo dessa filiação a uma memória discursiva já sedimentada, a designação “militantes palestinos” (SD5) atua menos como uma descrição factual e mais como um dispositivo de sobredeterminação. Ela reinsere o referente em uma discursividade pré-construída, associada ao terrorismo internacional, reatualizando, por efeitos de contiguidade e paráfrase, sentidos que excedem o grupo específico mencionado. Esse

mecanismo, analisado por Courtine ([1981] 2014) como efeito de fechamento e de homogeneização, promove uma generalização que dissolve as demarcações entre organização política armada, território e população civil. O processo é circular e totalizante: o significante “palestino”, ao ser qualificado pelo traço da militância violenta em um contexto midiático que o associa ao terror, retroage sobre a totalidade daqueles que compartilham essa origem.

Conforme demonstram Kareem e Najm (2024), essa ilusão referencial de extensão — onde a parte passa a significar o todo — é estruturante para a constituição do palestino como um sujeito coletivo homogêneo, inextricavelmente vinculado à ameaça e à violência política. Esse mecanismo discursivo prévio, que fabrica uma identidade suspeita, é o que condiciona e naturaliza a qualificação moral explícita presente na SD4: a de “inimigo vil”. A vilania, aqui, é um efeito de sentido produzido por esse gesto anterior de generalização. Ela dessubjetiva radicalmente o outro, convertendo-o em figura do mal e da abjeção, o que, por sua vez, reforça e justifica retroativamente a própria lógica da generalização, num movimento discursivo que sela a exclusão e a autorização simbólica de práticas excepcionais contra esse todo indistinto. Nesse funcionamento, o conflito israelo-palestino passa a ser interpretável segundo um dispositivo de inteligibilidade que subordina sua historicidade, atravessada por processos coloniais e por disputas territoriais específicas, a uma narrativa de antagonismo civilizacional, na qual a alteridade palestina é tratada de forma homogênea, com efeitos diretos na delimitação dos sentidos em circulação sobre o conflito.

A eficácia dessas formulações decorre da ideologia enquanto instância constitutiva da produção de sentidos, na medida em que o dizer se encontra atravessado por determinações históricas que excedem a esfera da intencionalidade do sujeito. Conforme Fernandes (2021), a ideologia corresponde à concepção de mundo do sujeito inscrito em uma conjuntura histórica específica, deslocando o sentido para o plano das condições de produção. Nessa perspectiva, o discurso jornalístico-político se organiza a partir de uma formação ideológica que condiciona os modos de significação possíveis, orientando a circulação de determinados dizeres e interditando outros. As palavras, como assinala Pêcheux ([1975] 2014), assumem sentidos distintos segundo as posições ideológicas que as atravessam, o que implica reconhecer a materialidade linguística como espaço de inscrição das contradições sociais e políticas que estruturam o dizer.

O funcionamento da memória discursiva, contudo, encontra seus limites no real da língua. Conforme Pêcheux (1990) e Gadet e Pêcheux ([1981] 2004), o real designa aquilo que resiste à simbolização plena, instaurando o equívoco como dimensão constitutiva da significação. O gesto de nomear — “eliminar o inimigo”, “operação”, “batalha” — constitui um esforço de sedimentação do sentido, voltado à contenção do insuportável do acontecimento. Ainda assim, as variações lexicais e os deslocamentos semânticos indicam pontos de falha em que a regularização ideológica encontra sua claudicação. Como propõe Lacan ([1964] 1985), o impossível de dizer atravessa a língua, fazendo com que todo enunciado comporte a possibilidade de se tornar outro, abrindo fendas no efeito de transparência do sentido.

Na análise das Sequências Discursivas 3 e 5, o enunciado “eliminar o inimigo” materializa uma formação discursiva (PÊCHEUX, [1975] 2014) que trabalha pela produção do efeito de evidência do sentido. Essa evidência, que é o efeito ideológico por excelência para a Análise de Discurso, apaga seu próprio funcionamento — o interdiscurso que a sustenta — e se apresenta como necessária, naturalizando a guerra como horizonte único dentro do espaço do dizível. O verbo “eliminar” funciona, assim, como um dispositivo de designação que produz discursivamente o “inimigo” como exterior absoluto, como figura fora do laço social e político, suscetível de apagamento. Esse movimento de constituição de uma exterioridade radical é, nas palavras de Courtine ([1981] 2014), um efeito de divisão que o discurso instaura entre os que pertencem e os que não pertencem à ordem do reconhecível.

Esse funcionamento organiza uma memória discursiva seletiva (PÊCHEUX, [1975] 2014; Orlandi, 2007) que silencia as contradições e impõe uma ilusão de transparência sobre o real. A linguagem, portanto, deixa de ser campo de disputa e de equívoco — seu estado constitutivo, marcado pela heterogeneidade — e passa a funcionar como instrumento de gestão e administração do social. A violência física é, então, recoberta por uma roupagem discursiva procedural, tornada técnica. O que está em disputa é a produção de um efeito de fechamento do sentido: o conflito é convertido em questão de segurança, e sua historicidade é “neutralizada”. Nesse processo, o esquecimento número 1 (ORLANDI, 1999), que designa o apagamento da origem conflitual e histórica dos sentidos, se efetiva plenamente. O discurso soberano se apresenta como transparente a si mesmo, e o sujeito é interpelado (ALTHUSSER, 1970) a aceitar essa evidência, a se colocar no lugar daqueles para quem “eliminar o inimigo” é

uma medida de gestão da diferença insuportável, um puro procedimento de limpeza do espaço social.

Na SD5, a formação discursiva em funcionamento institui um campo de veridicção que hierarquiza os enunciados em circulação, opondo “mentiras e propagandas” ao dizer das “autoridades”. Essa oposição constrói uma economia política do verdadeiro que subordina os sentidos dissidentes e orienta a interpretação do acontecimento segundo uma racionalidade ideológica institucionalizada. A fala estatal se configura, assim, como instância exclusiva de legitimação, produzindo uma interpelação ideológica que convoca o sujeito a reconhecer como naturais as fronteiras entre verdade e falsidade, conforme a noção de evidência discutida por Pêcheux ([1975] 2014). Esse alinhamento discursivo com fontes oficiais, analisado por Kareem e Najm (2024), reproduz desigualdades no acesso e na circulação dos dizeres, circunscrevendo os termos em que o conflito pode ser significado.

A partir desse mecanismo, organiza-se um funcionamento discursivo da alteridade que estrutura a dicotomia entre civilização e barbárie. As Sequências Discursivas sustentam uma formação imaginária que retoma o esquema colonial descrito por Said (2008), no qual o Ocidente se constitui como lugar da razão e da legitimidade, enquanto o Oriente é fixado em uma diferença negativa, associada à ameaça e à desordem. Essa operação produz o sujeito oriental como entidade homogênea e anistórica, cuja capacidade de significação própria é sistematicamente negada. Na perspectiva de Bhabha (1998), a fixidez estereotipada mantém a ambivalência sob controle por meio de uma repetição discursiva que enquadra o outro como objeto de nomeação e gestão, posicionando-o fora da interlocução histórica. O discurso midiático, ao citar e recontextualizar essa diferença, desloca os efeitos materiais da violência para um plano abstrato, conforme também observado por Kareem e Najm (2024).

Este processo depende de um esquecimento constitutivo, na concepção de Orlandi (1999), que naturaliza sentidos historicamente determinados, apresentando-os como universais. A regularização discursiva produz uma impressão de continuidade e coerência, silenciando as contradições e os deslocamentos inerentes ao acontecimento. Nesta tensão entre regularização e deriva, o discurso se mantém como espaço de estabilização provisória, garantindo a recorrência de certas formações imaginárias. A historicidade específica desses sentidos permanece, contudo, inscrita na própria textura linguística, como fissura potencial em sua aparente totalidade.

A análise permite compreender, portanto, como a linguagem participa da gestão política do real. A construção de um campo de veridicção, a interpelação ideológica, a fixação estereotipada da alteridade e o esquecimento das condições de produção constituem operações discursivas que organizam o dizível sobre o conflito. Essas operações produzem materialmente relações de poder, hierarquizam vozes, legitimam ações e delimitam os horizontes do pensável. O estudo desses mecanismos contribui para deslocar a aparência de transparência do discurso midiático e político, explicitando as bases históricas e ideológicas que sustentam sua autoridade.

Considerações finais

O percurso analítico indica que o discurso jornalístico da *Folha de S.Paulo*, ao narrar os ataques de outubro de 2023, reinscreve uma memória discursiva vinculada à colonialidade e ao orientalismo, estabilizada no contexto pós-11 de setembro e mobilizada na significação da alteridade palestina no espaço midiático ocidental. As Sequências Discursivas analisadas sugerem que o jornalismo dito de referência funciona como prática de produção de sentidos que institui posições-sujeito e orienta gestos de leitura ancorados em formações ideológicas que inscrevem o palestino no território simbólico da ameaça. Nesse funcionamento, o acontecimento é capturado por discursividades preexistentes, por meio de mecanismos de equivalência e generalização que dissolvem a historicidade da ocupação e das disputas territoriais.

O discurso analisado integra, assim, um mecanismo de seletividade que administra o dizível e participa da reprodução de assimetrias simbólicas que afetam as formas de visibilidade da experiência palestina, o que coloca em questão a responsabilidade ética do jornalismo na mediação de conflitos e na produção de sentidos. Os deslizos observados na materialidade linguística assinalam, contudo, os limites dessa estabilização, indicando fissuras em que o real da língua irrompe e sugerindo a contingência que atravessa toda tentativa de fixação significativa.

Referências

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado: Notas para uma investigação [1970]. In: ŽIŽEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-142.

ASAD, T. *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. 1 ed. Stanford: Stanford University Press, 2003.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

COURTINE, J. J. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. *Langages*, Paris, n. 114, p. 5–12, 1994.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

EMEDIATO, W. *Análise contrastiva da configuração linguístico-discursiva de títulos de jornais brasileiros: o jornal de referência e o jornal popular*. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível* [1981]. 3. ed. Campinas: Pontes, 2004.

GOMES, A. R. *A questão da Palestina e a fundação de Israel*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

KHALIDI, R. *The hundred years' war on Palestine: a history of settler colonialism and resistance, 1917–2017*. New York: Metropolitan Books, 2020.

KAREEM, A. H.; NAJM, Y. M. A critical discourse analysis of the biased role of Western media in the Israeli-Palestinian conflict. *Journal of Language Studies*, [S. l.], v. 8, n. 6, p. 200–215, 2024. Disponível em: <https://jls.tu.edu.iq/index.php/jls/article/view/1034>. Acesso em: 5 fev. 2026.

LACAN, J. O inconsciente freudiano e o nosso [1964]. In: LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução de M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. *Glossário de termos do discurso*. 1. ed. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2001.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. *Glossário de termos do discurso*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

LOPES, L. P. M.; FABRÍCIO, B. F. Discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. *Revista DELTA*, Campinas, v. 21, p. 239–283, 2005.

MISHAL, S.; SELA, A. *The Palestinian Hamas: vision, violence, and coexistence*. 2. ed. New York: Columbia University Press, 2006.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 1. ed. Campinas: Pontes, 1999.

PAPPÉ, I. *The ethnic cleansing of Palestine*. 2. ed. Oxford: Oneworld, 2006.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento* [1983]. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. Papel da memória [1983]. In: ACHARD, P. et al. (org.). *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 1. ed. São Paulo: Pontes, 1999. p. 49–57.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* [1975]. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SAID, E. *A questão da Palestina*. Tradução de Sonia Midori. São Paulo: EdUNESP, 1979.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWAAB, R. T. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 11–23, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2002>. Acesso em: 13 fev. 2026.

VERACINI, L. *Settler colonialism: a theoretical overview*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

VIEIRA, T. L.; CARDOSO, P. S.; SCHEFER, L. A. O conflito entre Israel e Palestina. *Revista Vianna Sapiens*, v. 9, n. 2, p. 24, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.31994/rvs.v9i2.445>. Acesso em: 18 nov. 2025.

WOLFE, P. Settler colonialism and the elimination of the native. *Journal of Genocide Research*, v. 8, n. 4, p. 387–409, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14623520601056240>. Acesso em: 6 fev. 2026.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. *Revista Famecos*, v. 21, n. 3, p. 918–942, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.16716>. Acesso em: 1 dez. 2025.